

# Novos rumos para financiar a educação

João Cláudio Todorov\* e Moaci Alves Carneiro\*

12 MAR 1996

GAZETTA DO BRASIL

diente insubstituível na construção de sociedades com reduzidos níveis de assimetrias sociais.

Basta verificar o altíssimo desempenho do conjunto de países da Europa Ocidental no tocante aos indicadores de competência social e, mais recentemente, a admirável performance dos chamados Tigres Asiáticos. Em ambos os contextos é indubiosa a relevância dos gastos educacionais.

Os exemplos da Alemanha, da Suécia e do Japão são ilustrativos quanto a esta relação. Durante meio século, estes países tiveram recursos financeiros "concentrados" na área da educação básica, por entenderem ser o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos literalmente estratégico. A agregação desse esforço foi tornando, crescentemente, a educação recurso básico tanto para a transformação competitiva das respectivas economias, como, pela sua articulação sinérgistica, ingre-

to – problema típico da falta de uma convicção nacional em torno da questão da especialidade educativa – e as conjunturais com um amplo espectro de conformidades. Estas vão de uma vigorosa desigualdade dos investimentos públicos no setor, por parte de estados e municípios, até a precária distribuição de subsídios educacionais e de oferta de suporte técnico, com inegáveis prejuízos para a qualidade dos serviços educacionais à disposição da população.

Neste horizonte de preocupações, o Ministério da Educação vem empreendendo um esforço significativo de remoção destas questões crônicas. E começou pelo aspecto fulcral, enfrentando a caixa-preta do financiamento da Educação. De fato, nada mudará, sem uma ação substantiva sobre o conjunto de etapas que alinharam o rumo dos recursos para a educação, incluindo: fontes de financiamento, modalidades de arre-

cadação, mecanismos para se evitar o desperdício, tanto na origem (sonegação) quanto na destinação (má aplicação), instrumentos de acompanhamento de fluxo e de prestação de contas de recursos repassados e, por fim, construção de ferramentas adequadas para aferir o impacto a curto, médio e longo prazos dos recursos "adicionais" investidos.

**Deve-se ter uma boa agenda para uma ação cooperativa entre o MEC e as universidades públicas**

Eis aqui uma bela agenda para uma ação cooperativa entre o MEC e as universidades públicas. Detentoras de uma massa crítica e elevado padrão de qualidade, as universidades dispõem das condições de conhecimento e de competência ava-

liativa para aportar amparo técnico e contribuição crítica nesta área de urgências, pelos poucos instrumentos de aperfeiçoamento existentes. A calçar esta reciprocidade de interesse, existem três razões. A primeira é que o resgate da cidadania passa pela educação pública de elevada qualidade. A segunda reside no fato de que os recursos para a educação devem estar orientados por uma política nacional instrumentalizada e que inclua os vários níveis de governo. A terceira aponta para a necessidade de uma programação de recursos que envolva critérios de repartição subordinados a princípios de justiça distributiva. E, neste caso, cabe à sociedade inteira acompanhar o uso dos recursos públicos.

O MEC implantou, ao longo do ano de 1995, um conjunto de procedimentos voltados para a correção de distorções relativas às transferências de recursos financeiros para a

\* Reitor da Universidade de Brasília

\*\* Doutor em Educação e ex-professor da UnB